

“Hoje é dia de feira” – os caminhos da agroecologia no âmbito da política municipal de abastecimento da cidade de Curitiba, Paraná

“Today is street market day” – pathways to agroecology in the municipal food supply policy of Curitiba-Paraná

“Hoy es día de feria” – los caminos de la agroecología en el ámbito de la política municipal de abastecimiento de la ciudad de Curitiba-Paraná

Soraia Martins de Carvalho* e Islandia Bezerra**

RESUMO

O propósito deste artigo é discutir como se deu o processo de criação das Feiras Orgânicas e/ou Agroecológicas, bem como sua inserção na política municipal de abastecimento vinculada à Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) da cidade de Curitiba. O objetivo é identificar elementos que possam orientar estratégias intersectoriais de políticas públicas promotoras da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), seguindo uma abordagem metodológica qualitativa. Para tanto foram realizadas entrevistas com cinco trabalhadores/as da SMAB e oito agricultoras e agricultores/feirantes. Também foram analisados alguns documentos institucionais que balizaram a criação das feiras definidas como estratégias prioritárias no âmbito da SMAB. Neste caso estudado o papel das famílias agricultoras/feirantes é considerado determinante para o movimento de criação das feiras. Já o poder público municipal foi se moldando de acordo com o cenário político e técnico de cada gestão, assumindo ações que foram decisivas para que a proposta das feiras fosse levada adiante. Considerando o poder público como capaz de mediar esta (ou outra) estratégia que promova a aproximação entre quem produz e quem consome, os resultados aqui apresentados dão visibilidade a caminhos importantes percorridos pela agroecologia.

Palavras-chave: Política pública. Agroecologia. Abastecimento alimentar.

ABSTRACT

This article discusses the adoption of organic and/or agroecological street markets and their insertion in the food supply policy of the municipal secretariat for food supply (Secretaria Municipal do Abastecimento - SMAB) of Curitiba. Our objective is to identify elements that could guide inter-sectoral public strategies in the promotion of sovereignty and food and nutrition security (Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, SSAN). A qualitative methodological approach was chosen, in which interviews were carried out with five SMAB agents and eight farmers. The institutional documentation that guided the creation of such

* Mestre em Alimentação e Nutrição pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: soraiamartins@hotmail.com

** Professora Adjunta do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição (PPGAN) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: islandiabc@gmail.com

Artigo recebido em ago./2017 e aceito para publicação em out./2017.

street markets and their establishment as a strategic priority by SMAB was analyzed. The role of farmers and traders was determinant of the adoption of such markets, the local political power reflecting the political and technological scenario in which decisive actions toward their implementation were taken. Our results take the local government’s role of bringing together producers and consumers into account while giving visibility to important pathways followed by agroecology.

Keywords: Public policies. Agroecology. Food supply.

RESUMEN

El propósito de este artículo es discutir cómo se dio el proceso de creación de las Ferias Orgánicas y/o Agroecológicas, así como también su inserción en la política municipal de abastecimiento vinculada a la Secretaría Municipal de Abastecimiento (SMAB) de la ciudad de Curitiba. El objetivo fue identificar elementos que puedan orientar estrategias intersectoriales de políticas públicas promotoras de la Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional (SSAN), bajo el enfoque metodológico cualitativo. Para ello, se realizaron entrevistas con cinco trabajadores/as de SMAB y ocho agricultoras y agricultores/feriantes. También se hicieron análisis de algunos documentos institucionales que han fundamentado la creación de las ferias y las definieron como estrategias prioritarias en el ámbito de la SMAB. En este caso, el papel del sujeto – familias agricultoras/feriantes – puede ser considerado el hilo conductor que dio inicio al movimiento de creación de las ferias. El poder público municipal se fue moldeando según el escenario político y técnico de cada gestión, asumiendo acciones que fueron decisivas para que la propuesta de las ferias se llevara adelante. Considerando la actuación del poder público como capaz de asumir la función de mediar esta u otra estrategia, que promueva una relativa proximidad entre aquel que produce y aquel que consume, los resultados presentados aquí traen elementos que dan visibilidad a los caminos recorridos.

Palabras clave: Política pública. Agroecología. Abastecimiento de alimentos.

INTRODUÇÃO

As ações e/ou estratégias que pautam a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) da população são as mais diversas, e, em sua totalidade, contemplam níveis distintos de complexidade. Nesta perspectiva, Sacco dos Anjos et al. (2005) fazem referência à importância das feiras livres não apenas como um sistema local de comercialização, mas por salvaguardar traços culturais que identificam a cidade e as pessoas que nela habitam. Assim, as feiras desempenham uma significativa importância social e cultural, sobretudo se considerarmos as dimensões da disponibilidade e da garantia do acesso aos alimentos.

Nas últimas décadas tem-se observado um movimento positivo no processo de resgate de feiras em muitas cidades brasileiras. Este processo também se destaca por pautar demandas sociais importantes para além de um espaço comercial, já que estas vêm incorporando nas suas dinâmicas de funcionamento aspectos que auxiliam na compreensão de várias questões, entre as quais pensar/agir/mudar o atual modelo de produção e consumo de alimentos. A partir desta concepção, será apresentado neste artigo o caso das Feiras Orgânicas, as quais, apesar de institucionalmente serem assim denominadas, aqui serão referenciadas também como Agroecológicas. Elas foram criadas há mais de 28 anos no município de Curitiba, Paraná, e comercializam alimentos orgânicos e/ou agroecológicos oriundos da agricultura familiar, destacando-se cada vez mais no portfólio das ações voltadas ao abastecimento municipal, mostrando ter um contínuo protagonismo institucional que extrapola as agendas específicas de cada gestão.

As Feiras Orgânicas e/ou Agroecológicas também se apresentam como alternativas às grandes redes varejistas que detêm grande parte da comercialização de alimentos e produtos orgânicos, com um diferencial: nas feiras a relação de quem consome com quem produz é real, e este parece ser um ponto importante que dá a dinamicidade necessária para o pensar/agir/mudar o sistema agroalimentar atual.

Em que pesem as particularidades deste processo de consolidação daquelas feiras em Curitiba, convém mencionar que o debate sobre produção/acesso/consumo de alimentos orgânicos tem uma trajetória não apenas no âmbito municipal, mas também nacional. Sobre esta assertiva, destaca-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a partir do Decreto n.º 7.794/2012, cujo instrumento operativo é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Este apresenta-se como um direcionador de ações e estratégias que orientam novos modelos de produção e consumo de alimentos, levando em conta a preservação ambiental e assumindo a natureza como sujeito de direito.

A partir desta constatação, nesta análise será utilizada a expressão “orgânicos e/ou agroecológicos” – em consonância com BRASIL (2012) e PLANAPO (BRASIL, 2016) mas também por concordar com Abreu et al. (2012), para quem esses conceitos possuem definições, paradigmas e princípios diferenciados. Ou seja, a agricultura orgânica tem suas raízes na ciência do solo e se baseia no uso de insumos naturais e no não uso de

transgênicos e insumos químicos. Já a agroecologia sustenta seus princípios na ecologia e fundamenta-se nas dimensões agrônômica, ecológica, sociológica e política.

Paralelamente, são incluídos nesta discussão os conceitos de Soberania Alimentar (SOBAL), construído em 2001 (e que vem se consolidando cada vez mais) pela Via Campesina Internacional (VCI), e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), definida pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2004 e regulamentada pela Lei Orgânica nº 11.346 em 2006 (BRASIL, 2006). A construção do conceito de SAN no Brasil possui um histórico importante e diferenciado da participação da sociedade civil nas Conferências Nacionais de SAN, quando foram discutidos os princípios, diretrizes e objetivos para a composição de um sistema articulado, com vistas à criação e implementação de políticas públicas para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O processo de criação das feiras aqui analisadas e sua inserção na política municipal de abastecimento está, portanto, alinhado com as estratégias intersetoriais de políticas públicas promotoras da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

1 METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada é de caráter qualitativo, desenvolvida no município de Curitiba-PR, entre os anos de 2015 e 2017, tendo como cenários de análise as feiras orgânicas e/ou agroecológicas, bem como a atuação da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). Participaram desta pesquisa cinco trabalhadores/as da SMAB – gestores e/ou técnicos envolvidos na coordenação, gerência e operacionalização daquelas feiras, e oito agricultores/feirantes que ali comercializam. A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada, bem como análise de documentos institucionais. Utilizou-se a técnica da Análise do Conteúdo, modalidade temática norteada por Bardin (2009), para análise do material resultante das entrevistas.

2 AS FEIRAS ORGÂNICAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA: quando, como e por quê?

A história por trás de cada alimento orgânico e/ou agroecológico comercializado nas feiras aqui analisadas é marcada por lutas, resistências, dinamismo, criatividade e resiliências. Pelos registros, observam-se histórias de vida de mais de 28 anos de muitas famílias que atualmente são permissionárias nas feiras. Incluídas na política municipal de abastecimento, essas feiras possuem um histórico institucional desde 1995, inicialmente com o nome de Feiras Verdes, pelo Decreto nº 314/1995, que regulamentava as unidades de abastecimento do município de Curitiba (CURITIBA, 1995). Em 2005, a Feira Verde passou a ser denominada Feira Orgânica, atualmente regulamentada pela Portaria nº 044/2007 e descrita como “unidades de abastecimento destinadas à comercialização, no varejo, de produtos orgânicos certificados” (CURITIBA, 2005; 2007). Apesar desse histórico institucional, o início da história da feira antecede essas datas e ultrapassa as amarras institucionais de decretos e portarias.

O surgimento da Feira Verde está diretamente relacionado com a própria história da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, iniciada na década de 1980 por um grupo de pesquisadores e estudantes de agronomia, técnicos de instituições governamentais e de entidades não governamentais dedicadas aos estudos e à prática da agricultura orgânica e biodinâmica no Estado do Paraná (KARAM, 2001). Naquela época, segundo Darolt (2000), a comercialização da agricultura orgânica era realizada através da venda e entrega de sacolas diretamente a consumidores, restaurantes e instituições. A produção de alimentos orgânicos não tinha um mercado específico e a comercialização começou a ser sentida – por parte de quem produzia – como um “gargalo”. Sobre esta assertiva, convém mencionar que, atualmente, as vias de comercialização seguem apresentando obstáculos que precisam ser transpostos. Em 1989, a Chácara Verde Vida foi a primeira a comercializar seus alimentos orgânicos no Largo da Ordem, de forma independente, aos domingos, junto à Feirinha de Artesanato, em Curitiba. Anos mais tarde, outros agricultores se uniram a essa primeira barraca, sendo criada a Feira Verde em 1993 (DAROLT, 2000; KARAM, 2001).

Foi possível conhecer um pouco dessa história a partir dos relatos das pessoas participantes desta pesquisa, mas, como nem todos vivenciaram desde o início, dedicamo-nos a compreender também esse processo a partir dos distintos olhares (antigos e atuais permissionários) sobre as dificuldades e facilidades encontradas para iniciar a comercialização:

Aqui tem mais de 20 anos, começamos no Largo da Ordem, no Relógio das Flores, e aí a gente veio pra cá. Para começar aqui foi difícil. No início, formou-se um grupo, tinha um produtor de Tijucas, tinha de Campo Magro, tinha lá de Bocaiuva e Quatro Barras. Tinham quatro barracas lá e tinha a banana que vinha de Barra do Turvo, em São Paulo. Aí os moradores começaram a implicar, era no domingo de manhã. Aí abriu essa oportunidade no Passeio Público, não lembro qual prefeito, estava largado o Passeio Público, mudamos pra cá, nos aventuramos. (agricultor 1/feirante).

Começou através de uma iniciativa de um grupo de estudantes na época, alguns pioneiros na área da agroecologia. Começou de uma forma muito espontânea no centro da cidade, no Largo da Ordem, através de uma permissôezinha bem informal, e a partir dali começou a ganhar corpo esse movimento. [...] mudou para um espaço mais central, mais organizado, onde foi instituído o Programa das Feiras Verdes e começou a ter um incentivo maior por parte da prefeitura. (trabalhador 1 da Secretaria Municipal de Abastecimento).

Percebe-se, nos relatos, que a criação da feira antecede a atuação do poder público e deve ser entendida como uma construção social, como iniciativas próprias de quem – na época – já defendia a proposta de que fosse ressignificada a relação da produção e consumo, pautando principalmente a produção de alimentos saudáveis. Neste sentido, pode-se inferir que essa história foi marcada pela trajetória de cada família agricultora inserida neste movimento, mas também dos consumidores. Constatou-se também que existe um reconhecimento de apoios pessoais e institucionais

para que a feira ganhasse legitimidade social e política como os técnicos, profissionais e estudantes de agronomia e de outras áreas, instituições e entidades não governamentais e o poder público municipal e estadual.

A fala do agricultor/feirante no discurso anterior, *“para começar aqui foi difícil... nos aventuramos”*, e a expressão do seu olhar no momento da entrevista possibilitaram uma série de interpretações. Em que pesem alguns equívocos, por parte de quem analisa, pode-se supor que ambas as externalidades (da fala/expressão facial) expressavam sensações em que as incertezas, os medos e as perdas eram aqueles *“visíveis”*. Tal insegurança foi assim interpretada, por esta continuar presente no processo de produção e comercialização de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

A fala do trabalhador da SMAB reforça a ideia de que a feira começou pela atuação de *“pioneiros na área da agroecologia”*, que se dedicaram a formar um movimento em defesa da produção sustentável de alimentos saudáveis e que, em algum momento desse processo, se depararam com o problema da comercialização, aliando a este fato o não acesso das pessoas aos alimentos produzidos. A participação do poder público municipal, neste caso, foi importante sobretudo para a organização logística, dando um caráter institucional a essa nova proposta de comercialização nos espaços públicos.

A participação dos consumidores e de entidades não governamentais também foi mencionada: *“[...] o que eu sei é que a AOPA [Associação de Agricultura Orgânica do Paraná] sempre esteve ligada... sempre esteve junto nesse processo inicial, e também a Associação dos Consumidores Orgânicos”* (trabalhadora 1 da Secretaria Municipal de Abastecimento).

Karam (2001) faz referência à criação da AOPA como sendo um marco importante na história da agricultura orgânica no Paraná. A AOPA foi criada em 1995 devido a uma necessidade de ampliar os canais de comercialização da produção orgânica, bem como ter uma instituição representativa dos agricultores. Já a ACOPA (Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná), mencionada pela trabalhadora da SMAB, foi criada em 2000 e teve um papel importante de mobilização dos associados e da sociedade para a ampliação do consumo de alimentos orgânicos, divulgando informações e, principalmente, aproximando o produtor do consumidor utilizando os espaços das feiras e realizando visitas às propriedades dos agricultores (BRANDENBURG; RUCINSKI; SILVA JUNIOR, 2008).

No ano de 1995, a SMAB transfere a Feira Verde para o Passeio Público. Segundo os relatos dos agricultores/feirantes, aquele não foi um período fácil. Além disso, o novo espaço trazia consigo, também, a insegurança da continuidade do projeto, em especial pelo desconhecimento da população e pela baixa procura por esses alimentos. Isto foi observado quando se perguntou aos feirantes, nas entrevistas, sobre como havia sido o início da comercialização nas feiras: *“[...] nós enfrentamos muita dificuldade, por exemplo, na produção, por causa de vários fatores climáticos... seca, ou geada, ou granizo, que acabavam interferindo”* (agricultora 1/feirante). Outros mencionaram dificuldades com a adesão dos consumidores: *“[...] a parte difícil foi*

quando ninguém acreditava no produto, não tinham conhecimento. A gente chegava aqui, quando chovia, ninguém vinha, não tinha fidelidade” (agricultor 1/feirante).

As expressões “devagar”, “muito fraca”, “desistir”, “difícil” foram repetidas diversas vezes, sendo estas identificadas como aspectos importantes quando se quer analisar o acesso aos alimentos saudáveis sob a ótica da SSAN. As dificuldades referidas refletem as condições adversas vividas no meio rural, advindas de diversos fatores, de ordem social, cultural, econômica e ambiental. Os agricultores/feirantes se referem, também, ao momento da comercialização e ao investimento que seria necessário para dar concretude à feira. Além disso, mencionavam os encontros com os consumidores ainda desacreditados com relação a este “novo” jeito de produzir e comercializar alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, o qual implicava mudanças nos hábitos alimentares.

A pesquisa do IPARDES (1985) demonstrou que os supermercados (autosserviço), na década de 1980, representavam o equipamento comercial com maior clientela para o público consumidor de orgânicos, seguido do armazém e, por último, das feiras livres. Neste cenário, o consumidor sofre um processo de cooptação por parte do segmento da indústria de alimentos, cujo discurso da praticidade, preço acessível e “qualidade” (especialmente sanitária) influencia fortemente as escolhas por estes produtos em médios ou grandes supermercados. Desse modo, para este público, a disposição para consumir alimentos comercializados numa barraca de feira exige um progressivo processo pedagógico, seja pela disponibilidade dos produtos, que em geral segue o ciclo da sazonalidade, seja pelas opções *in natura* (pouco ou quase nada é processado), características próprias das feiras. Abrir mão dos supermercados parece ser um retrocesso no caminho da modernidade. Mas, para aqueles consumidores que aos poucos foram aderindo às feiras, essas e outras questões passaram a fazer parte do cotidiano da alimentação, e as feiras passaram a representar uma forma de acesso a alimentos mais saudáveis.

Tais questões vão ao encontro de outras reflexões, por exemplo, as várias dimensões da agricultura familiar. Segundo Wanderley (2017), a agricultura familiar, por adotar um modelo de produção de alimentos que não se enquadra na lógica dominante do capital, carregou o peso da desvalorização, da exclusão e da marginalização. Para a autora, essa exclusão social histórica vem produzindo efeitos devastadores sobre a própria identidade social de quem escolheu outros modos de viver e de produzir no campo, diferentes daquele modelo. Esses efeitos provocaram a redução da condição de agricultor familiar a uma categoria pequena, de baixa renda ou de subsistência, desnecessária para a sociedade e fadada ao desaparecimento. Nesse processo histórico, o agricultor familiar precisou afirmar sua identidade, acumulando experiências e estratégias de práticas produtivas e sociais que revelam a resistência, a capacidade de sobreviver e de enfrentar situações adversas e precárias (WANDERLEY, 2017).

A capacidade de resistência e resiliência do agricultor familiar foi também observada nos relatos, a exemplo desta fala da agricultora 1/feirante: “[...] a gente começou a pensar que precisávamos buscar uma forma de produzir, processar e

comercializar, porque a gente entendia que só produzir matéria-prima não gerava renda suficiente para nós. E aí deu certo”. Outro agricultor/feirante comenta:

A primeira abertura que nós fizemos depois de dois anos foi o investimento no consumidor, o cheque verde. Eles emprestavam dinheiro e eu pagava em produto. E fomos investindo no sítio, não tínhamos irrigação e fomos investindo. Trabalhei uns três anos com cheque verde. Eu trazia o produto garantido, chegava e já separava nas caixas, e eles vinham buscar. Eram poucos produtos, mas aquilo foi crescendo, crescendo... (agricultor 1/feirante).

Apesar das dificuldades no início do processo de produção e comercialização, percebe-se, nos relatos, que essa capacidade de resistência e resiliência do agricultor familiar contribuiu para a reafirmação desse modo de produzir, tendo sido também a base que possibilitou a sustentação da comercialização de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos nas feiras.

Segundo Ploeg (2008), um dos elementos que mais definem o modo camponês de fazer agricultura é a interação e a transformação mútua constante entre o ser humano e a natureza viva. A capacidade que as famílias camponesas têm de configurar e reconfigurar os aspectos sociais e culturais, somada ao que a natureza lhes proporciona, permite-lhes resistir e sobreviver, garantindo, assim, sua reprodução social.

3 AS FEIRAS NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA: o papel da gestão

Foi possível observar, a partir dos relatos dos trabalhadores/gestores e técnicos do setor de abastecimento, que o ano de 2005 marcou um novo processo de institucionalização das feiras no portfólio das ações da secretaria:

[...] o entendimento mais forte desse papel, da importância de se trabalhar a comercialização e os canais de comercialização de produtos agroecológicos, iniciou a partir de 2005, quando teve a entrada de uma gestão mais técnica na Secretaria. [...] isso ajudou a fortalecer essa visão de se buscar implementar as feiras orgânicas como um canal de comercialização que viesse a viabilizar todo o sistema de produção da região metropolitana. (trabalhador 1 da Secretaria Municipal de Abastecimento).

Anteriormente, em outras gestões, a gente visava mais o fato comercial, mas nas duas últimas gestões... inclusive a minha visão com relação à SMAB mudou bastante, eles conseguiram me mostrar que o foco do abastecimento é promover o abastecimento da população, é promover o acesso ao alimento saudável, preço mais acessível, e melhorar a qualidade de vida da população (trabalhador 2 da Secretaria Municipal de Abastecimento).

Os relatos sugerem a importância das feiras na política municipal de abastecimento. O primeiro discurso traduz que as feiras representavam uma via nos circuitos de comercialização que viabilizava todo um sistema de produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos da região metropolitana. Já a segunda fala refere-se às

feiras como uma ação que ultrapassa a necessidade de viabilizar “apenas” a venda, constituindo também uma estratégia de abastecimento que assume o compromisso de promover o acesso aos alimentos saudáveis, incluindo os orgânicos e agroecológicos, como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Essa visão corrobora vários documentos publicados pelo CONSEA, especialmente aqueles que tratam da necessidade do Estado brasileiro executar políticas de abastecimento alimentar na perspectiva da SAN. O CONSEA defende que as ações de abastecimento devem possibilitar que todos os segmentos da população tenham acesso a alimentos em quantidade, preço e qualidade, bem como devem ter a capacidade de promover conexões entre a produção local, a distribuição e consumo dos alimentos sob formas socialmente equitativas, ambientalmente sustentáveis e culturalmente adaptadas (CONSEA, 2004). Tais estratégias demonstram a complexidade do tema devido a um conjunto de condicionantes que afeta a SAN da população e nos mostra o quanto é desafiadora a implementação de políticas públicas para sua promoção, por envolver estratégias tanto de produção como de abastecimento, comercialização, disponibilidade e consumo de alimentos.

Como afirma Perez-Cassariano (2012), a estruturação de políticas públicas de abastecimento alimentar nesta perspectiva precisa investir em ações de âmbito local e regional que valorizem a produção ecológica de alimentos da agricultura familiar e camponesa, priorizando os circuitos de proximidade entre quem produz e quem consome, a biodiversidade e o consumo de alimentos tradicionais e culturalmente referenciados.

A realização do DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada), um dos princípios para a concretização da SAN, implica o desenvolvimento de um conjunto de ações e estratégias, mediante políticas públicas, cujas dimensões são micro e macro. Segundo Burity et al. (2010), tais ações e estratégias devem ser incorporadas tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil organizada, envolvendo transformações estruturais importantes, como reforma agrária, investimento na agricultura familiar e camponesa, políticas públicas de abastecimento alimentar e aquelas que incentivem práticas agroecológicas (ou de transição). Nesses termos, é importante repensar os padrões impostos de vigilância sanitária dos alimentos, assim como as políticas públicas de acesso à água e ao saneamento básico. Ainda, deve-se considerar outros aspectos, como a não discriminação dos povos e as diferentes etnias, especialmente no quesito cultural, bem como a não discriminação geracional e de gênero, como sendo fundamental para a materialização do DHAA. Nesse sentido, a política de SAN incorpora o princípio da Soberania Alimentar para orientar essas ações.

Segundo Rosset (2003), a Via Campesina Internacional entende a soberania alimentar como um paradigma alternativo de luta e construção de alianças em defesa da vida rural, em resposta ao impacto nas comunidades rurais resultantes das políticas neoliberais. Para o autor, o conceito de soberania alimentar está em constante construção, já que faz parte de um processo de diálogo de saberes que agregam as diversas lutas de movimentos sociais do campo e das cidades, incluindo, portanto, os que produzem e os que consomem.

Entende-se, desta forma, que investir econômica e politicamente em ações públicas de abastecimento, para ampliação do acesso da população aos alimentos da agricultura ecológica, como o caso das feiras, seja uma importante estratégia para a promoção da SSAN e para a preservação da cultura e da promoção da saúde. Durante o desenvolvimento da pesquisa, além das entrevistas individuais foram realizadas visitas e reuniões com a gestão e o corpo técnico da SMAB responsáveis pelas Feiras Orgânicas e/ou Agroecológicas, organizada e gerenciada pela SMAB a partir de dois setores: a Gerência de Feiras e a Gerência Técnica de Controle de Qualidade.

O papel da SMAB na organização das feiras, mencionado pelos trabalhadores/gestores e técnicos do setor de abastecimento, é o fomento de canais de comercialização, por meio de um processo de planejamento e monitoramento que é realizado tanto pela Gerência de feira, com base nas disposições regulamentadas na Permissão de Uso, quanto pela Gerência Técnica de Controle de Qualidade, com base nas ações de vigilância sanitária. Entretanto, um ponto interessante da fala de um dos trabalhadores da SMAB amplia essa visão, ao mencionar que o poder público precisa ter um papel articulador entre a produção e o consumo:

O poder público se insere nisso aí como um articulador, viabilizando canais de comercialização que possam atender a essas duas demandas, do produtor e da população. É um casamento, o poder público faz essa linha. (trabalhador 1 da Secretaria Municipal de Abastecimento).

Essa percepção de que o poder público precisa atuar como articulador, estreitando as relações entre a produção e o consumo através dos canais de comercialização, evidencia a relevância não apenas de atuar no fomento de canais de comercialização, mas também de investir em modelos de abastecimento que sejam capazes de apoiar a produção mediante a garantia dos espaços públicos e, ainda, de viabilizar apoio técnico, logístico e operacional, para ofertar alimentos saudáveis em quantidade e regularidade, adequados aos hábitos alimentares de cada região, promovendo a SAN da população urbana e do campo, tal como argumentam Schneider, Cruz e Matte (2016).

É importante destacar que, em 2016, o município de Curitiba lançou o seu primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - 2016-2019 (PLAMSAN). O Plano contempla seis Eixos, nos quais a SMAB participa como responsável e/ou parceira das ações contempladas, sobretudo como responsável no Eixo 1 - Acesso ao Alimento de Qualidade e Eixo 4 - Mercado Corresponsável e Consumo Consciente. A feira orgânica foi citada na Promoção do aumento do consumo de frutas e hortaliças (Eixo 1), junto com os demais equipamentos da SMAB. Na ação Ampliação dos pontos de comercialização de produtos orgânicos (Eixo 4), a meta é a implantação de mais um ponto de comércio, mas não se refere às feiras, já que a SMAB também gerencia o Mercado de Orgânicos no Mercado Municipal (CURITIBA, 2016).

No entanto, apesar de as feiras orgânicas estarem incluídas no PLAMSAN e serem reconhecidas pela SMAB como uma ação importante, verifica-se que no

documento não existe uma compreensão desta enquanto estratégia de SAN. Sobretudo como referência de distribuição e acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, as feiras estão pouco visíveis nesse documento. Ademais, atualmente existem 22 feiras que comercializam alimentos orgânicos e/ou agroecológicos no município de Curitiba. A SMAB gerencia 14 feiras orgânicas que ocorrem em dias alternados e estão localizadas, em sua maioria, em praças ou em ruas. As outras feiras, também na cidade de Curitiba, chamadas de ecológicas ou agroecológicas, são iniciativas de instituições de ensino e de entidades não governamentais como a AOPA, o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) e a Rede Ecovida de Agroecologia, que apoiam os agricultores no processo de ampliação dos canais de comercialização. No final de 2016 outros três pontos de feiras agroecológicas realizadas pela Cooperativa Terra Livre, porém do município da Lapa-PR, foram instalados.

Analisando outras experiências no cenário nacional, observa-se que a atuação do poder público municipal na organização de feiras que comercializam alimentos da agricultura familiar ecológica é bem tímida ou inexistente. De acordo com o estudo de Araújo, Lima e Macambira (2015), Pernambuco se destaca, dentre os estados do Nordeste, pelo maior número de iniciativas de criação e sustentação de feiras, num total de 21 feiras agroecológicas estabelecidas na capital, criadas através de sete diferentes instituições. No Estado da Paraíba foram registradas 13 feiras agroecológicas, todas com o apoio de associações de produtores espalhadas pelo estado. As dez feiras agroecológicas pesquisadas no Rio Grande do Norte tiveram apoio do programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), conduzido pelo SEBRAE, Fundação Banco do Brasil, Associações de Produtores e EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). No Ceará, são cinco feiras agroecológicas e solidárias, que são realizadas em cinco municípios: Fortaleza, Crato, Itapipoca, Trairi e Tururu (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

Nenhuma dessas experiências fez referência à atuação da gestão municipal no apoio à organização das feiras ou na viabilização de apoio técnico, logístico e operacional aos agricultores. Já a experiência do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas no Rio de Janeiro-RJ, descrita por Fernandez e Ferreira (2017), foi criada em 2010 pela iniciativa da ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos) do Estado do Rio de Janeiro, e contou com o apoio de secretarias municipais. Atualmente, algumas feiras são coordenadas por instituições como o grupo Essência Vital, a Rede Carioca de Agricultura Urbana e a ONG AS-PTA, que atua como assessoria técnica. Fora desse circuito ocorrem outras feiras organizadas por instituições de ensino.

No caso de Curitiba, observa-se, portanto, que ainda que a iniciativa das feiras orgânicas e/ou agroecológicas tenha, originalmente, partido das iniciativas das famílias agricultoras, a gestão pública (mediante a SMAB) incorporou o que antes era um projeto, em uma ação prioritária no âmbito da política pública municipal. Em que pesem os limites e desafios que apresentam na arena institucional, é preciso reconhecer o papel da SMAB na materialização das feiras como uma ferramenta de promoção da SSAN no município.

Entretanto, para a efetivação das feiras enquanto uma ação estratégica de SAN, tanto da população urbana quanto do campo, é preciso direcionar o olhar para as condições pelas quais a população acessa esses alimentos. Identificar os fatores que impedem ou facilitam a disponibilidade de alimentos à população é um ponto crucial para qualificar as ações públicas de abastecimento, bem como democratizar e ampliar o acesso à alimentação adequada e saudável para toda a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o histórico e o funcionamento das feiras orgânicas e/ou agroecológicas no contexto da política municipal de abastecimento de Curitiba foi fundamental para elevar o debate sobre ações de soberania e segurança alimentar e nutricional neste âmbito. As nuances dessa história, reveladas nos discursos de agricultores/feirantes, gestores, técnicos da SMAB, indicam que para a criação e a sustentabilidade de ações públicas de abastecimento é preciso uma rede articulada de pessoas e organizações cujo engajamento ultrapassa a linha da institucionalidade, uma vez que é necessário um processo permanente de troca de percepções e comunicação efetiva entre os sujeitos que participam deste movimento.

No caso aqui estudado, o papel do poder público municipal foi se moldando de acordo com o cenário político e técnico de cada governo, assumindo ações que foram decisivas para que a proposta das feiras orgânicas e/ou agroecológicas fosse levada adiante. Considerando a atuação do poder público como capaz de assumir a função de mediar esta (ou outra) estratégia no sentido de promover uma relativa proximidade entre quem produz e quem consome, os resultados aqui apresentados trazem elementos que dão visibilidade aos caminhos percorridos e às perspectivas de um sistema que promova alimentação saudável e contribua para estratégias de segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. S. et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v.26, p.143-160, jul./dez., 2012.
- ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A.; MACAMBIRA, J. **Feiras agroecológicas**: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRANDENBURG, A.; RUCINSKI, J.; SILVA JUNIOR, P. Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a associação de consumidores de produtos orgânicos do Paraná - ACOPA. **Estud. Soc. Agríc.**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.54-82, 2008.

BRASIL Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 2012. Seção 1, p.4.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e da outra providencias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 2006. Seção 1, p.1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica Brasil Agroecológico (CIAPO). **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, 2004.

CURITIBA. Decreto nº 314 de 11 de abril de 1995. Aprova a regulamentação das unidades de abastecimento do município de Curitiba. **Diário Oficial do Município**, 1995. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/curitiba/decreto/1995/31/314/decreto-n-314-1995-aprova-a-regulamentacao-das-unidades-de-abastecimento-do-municipio-de-curitiba>>. Acesso em: 22 set. 2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). **I Plano Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba – PLAMSAN 2016/2019**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento. Portaria n. 030 de 5 de maio de 2005: regulamenta as atividades das feiras orgânicas. **Diário Oficial do Município**, 2005. Disponível em: <<http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2010/00084909.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento. Portaria nº 044 de 23 de outubro de 2007. Regulamenta as atividades das Feiras Orgânicas. **Diário Oficial do Município**, n.81, 23 out, 2007.

DAROLT, M. R. **As dimensões da sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

FERNANDEZ, A. C. F.; FERREIRA, F. S. Mercados e território: as feiras orgânicas e agroecológicas no Rio de Janeiro. In: ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. O. (Orgs.). **Feiras, feirinhas e feirões**: a “economia dos centavos” em foco. São Leopoldo: Oikos, 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Abastecimento alimentar básico**: formas e fontes de suprimento - resultados finais. Curitiba: IPARDES, 1985. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/abastec_alimentar_result_01_85.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

- KARAM, K. F. **Agricultura orgânica**: estratégia para uma nova ruralidade. 232f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.
- PEREZ-CASSARINO, J. **A construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de: PEREIRA, R. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- ROSSET, P. Food sovereignty: global rallying cry of farmer movements. **Institute for Food and Development Background**, v.9, n.4, 2003.
- SACCO DOS ANJOS, F. et al. **As feiras-livres de Pelotas sob o Império da Globalização**: perspectivas e tendências. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.
- SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e o meio rural. In: CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S.; MATTE, A. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- WANDERLEY, M. N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- ABREU, L. S.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C.; **DAROLT, M. R.; AVENTURIER, P. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia**: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v.26, p.143-160, jul./dez., 2012.
- ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A.; MACAMBIRA, J. **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- BRANDENBURG, A.; RUCINSKI, J.; SILVA JUNIOR, P. Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a associação de consumidores de produtos orgânicos do Paraná - ACOPA. **Estud. Soc. Agric**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.54-82, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**, p.4, Seção 1, de 21 de agosto de 2012.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e da outra providencias. **Diário Oficial da União**, p.1, seção 1, 2006.
- BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CIAPO. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica Brasil Agroecológico. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2004.

CURITIBA. Decreto nº 314 de 11 de abril de 1995. Aprova a regulamentação das unidades de abastecimento do município de Curitiba. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/curitiba/decreto/1995/31/314/decreto-n-314-1995-aprova-a-regulamentacao-das-unidades-de-abastecimento-do-municipio-de-curitiba>>. Acesso em: 22/09/2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). **I Plano Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba – PLAMSAN 2016/2019**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento. Portaria nº 030 de 5 de maio de 2005. Regulamenta as atividades das Feiras Orgânicas. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00084909.pdf>>. Acesso em: 02/07/2016.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento. Portaria nº 044 de 23 de outubro de 2007. Regulamenta as atividades das Feiras Orgânicas. **Diário Oficial do Município**, n.81, 23 de out, 2007.

DAROLT, M. R. **As dimensões da sustentabilidade: Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

FERNANDEZ, A. C. F.; FERREIRA, F. S. Mercados e território: as feiras orgânicas e agroecológicas no Rio de Janeiro. In: ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. O. (orgs.). **Feiras, feirinhas e feirões: a “economia dos centavos” em foco**. São Leopoldo: Oikos, 2017. p.82-108.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Instituto Agrônomo do Paraná. **Abastecimento Alimentar Básico: formas e fontes de suprimento - resultados finais**. Curitiba: IPARDES, 1985. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/abastec_alimentar_result_01_85.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

KARAM, K. F. **Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade**. 232f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. (Trad.) PEREIRA, R. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ROSSET, P. Food Sovereignty: Global Rallying Cry of Farmer Movements. **Institute for Food and Development Backgrounder**. v.9, n.4, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I. ; CALDAS, VELLEDA, N. **As Feiras-livres de Pelotas sob o Império da Globalização: perspectivas e tendências**. 1.ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e o meio rural. In: CRUZ, F.T.; SCHNEIDER, S.; MATTE, A. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.